



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE  
TERCEIRA SEÇÃO DO ESTADO MAIOR GERAL

EDITAL nº 05/2018 - NÍVEL SUPERIOR  
OFICIAL PM - (COMBATENTE)

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

**INSTRUÇÕES GERAIS**

**VERSÃO  
C**

- I. Nesta prova, você encontrará 07 (sete) páginas numeradas sequencialmente, contendo 40 (quarenta) questões objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: Direito Constitucional (06 questões), Direito Penal Militar (06 questões), Direito Penal (06 questões), Direito Processual Penal Militar (06 questões), Direito Processual Penal (06 questões) e Direito Administrativo (05 questões), Legislação Extravagante e Legislação Institucional (05 questões) e (01) um tema para redação.
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o caderno de provas se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VI. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- VII. A resposta da Prova Discursiva deverá conter no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas. Transcreva, com caneta azul ou preta, para a Folha de Respostas, no espaço da questão correspondente.
- VIII. O sistema de leitura e processamento das folhas de resposta não registrará a resposta em que houver falta de nitidez na marcação e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- IX. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- X. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XI. Você dispõe de 04 (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- XII. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 02 (duas) horas após seu início.
- XIII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, e demais aparelhos eletrônicos.

**Boa Prova!**



DESTAQUE AQUI

**GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO**



Nome:

Assinatura do Candidato:

Inscrição:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40										
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>										

# RASCUNHO

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1) **Assinale a alternativa correta sobre como a doutrina denomina a Constituição criada pelo resultado de um processo impositivo, normalmente baseado na força, e excludente de uma Assembleia Nacional Constituinte.**

- a) Promulgada  
b) Votada  
c) Sancionada  
d) Outorgada

2) **Assinale a alternativa correta sobre como a Constituição Federal é classificada pela doutrina como DIRIGENTE.**

- a) É a Constituição que se limita a estabelecer um quadro de direitos fundamentais, limitando o poder do Estado  
b) É a Constituição do “dever ser”, refletindo a situação social, os avanços alcançados  
c) É a Constituição que não se satisfaz em organizar e limitar o poder, mas também preordena a atuação governamental por meio de planos de governo elaborados em determinado sentido  
d) É a Constituição imposta por um organismo supranacional em momento de crise profunda e ausência de Poder organizado

3) **Assinale a alternativa correta sobre o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.**

- a) O Brasil adota dois sistemas de controle, o aberto e o reservado, caracterizando o sistema misto, em que se unem o tradicional modelo difuso ao modelo concentrado de inconstitucionalidade  
b) O Brasil adota o sistema austríaco, em que o controle de constitucionalidade é exercido exclusivamente de forma difusa por um órgão de cúpula do Poder Judiciário  
c) O Brasil adota o sistema fechado, em que o controle de constitucionalidade é exercido exclusivamente de forma difusa por todos os órgãos do Poder Judiciário  
d) O Brasil adota o sistema aberto, em que o controle de constitucionalidade é exercido exclusivamente de forma concentrada por um órgão de cúpula do Poder Judiciário

4) **Assinale a alternativa correta sobre qual é a ação constitucional cabível para a garantia de direito líquido e certo não amparável por Habeas Corpus ou Habeas Data.**

- a) Ação Popular  
b) Mandado de Segurança  
c) Ação Monitória  
d) Mandado de Injunção

5) **Assinale a alternativa correta sobre o veto no Processo Legislativo.**

- a) O veto é um ato do chefe do Poder Executivo e a sua manifestação deve ocorrer no prazo de 15 dias úteis contados do recebimento do projeto de lei, comunicando-se o presidente do Senado Federal no prazo de 48 horas  
b) O veto é um ato do chefe do Poder Executivo e a sua manifestação deve ocorrer no prazo de 15 dias corridos contados do recebimento do projeto de lei, comunicando-se o presidente da Câmara dos Deputados no prazo de 72 horas  
c) O veto é um ato do chefe do Poder Executivo e a sua manifestação deve ocorrer no prazo de 15 dias úteis contados do recebimento do projeto de lei, comunicando-se o presidente da Câmara dos Deputados no prazo de 72 horas  
d) O veto é um ato do chefe do Poder Legislativo e a sua manifestação deve ocorrer no prazo de 15 dias corridos contados do recebimento do projeto de lei, comunicando-se o presidente do Senado Federal no prazo de 48 horas

6) **Assinale a alternativa correta sobre o que significa dizer que o Brasil é uma República Presidencialista.**

- a) Tal afirmação corresponde, respectivamente, à Forma de Estado e ao Sistema de Governo no Brasil  
b) Tal afirmação corresponde, respectivamente, ao Sistema de Governo e à Forma de Governo no Brasil  
c) Tal afirmação corresponde, respectivamente, à Forma de Estado e à Forma de Governo no Brasil  
d) Tal afirmação corresponde, respectivamente, à Forma de Governo e ao Sistema de Governo no Brasil

7) Assinale a alternativa correta sobre a noção de culpa no Direito Penal Militar.

- a) Consiste na prática involuntária de um ato do qual decorre um resultado considerado crime, sem o cuidado e atenção devidos, que não foi querido nem previsto pelo agente, mas perfeitamente previsível
- b) Consiste na prática voluntária ou involuntária de um ato do qual decorre um resultado considerado crime, sem o cuidado e atenção devidos, que não foi querido nem previsto pelo agente, mas perfeitamente previsível
- c) Consiste na prática voluntária de um ato do qual decorre um resultado considerado crime, sem o cuidado e atenção devidos, que não foi querido nem previsto pelo agente, mas perfeitamente previsível
- d) Consiste na prática voluntária de um ato desde que, necessariamente, se pretenda o resultado considerado crime

8) Assinale a alternativa incorreta sobre a noção de crimes, também conhecidos como infrações penais plurissubjetivas no Direito Penal Militar.

- a) São os crimes de autoria coletiva e neles, reputam-se cabeças quem os dirigem
- b) São os crimes de autoria coletiva e neles, reputam-se cabeças quem os instigam
- c) São os crimes de autoria individual e neles, reputam-se cabeças quem os provocam
- d) São os crimes de autoria coletiva e neles, reputam-se cabeças quem os sofrem

9) Assinale a alternativa que não corresponde às penas previstas na legislação que regula o Direito Penal Militar.

- a) Reclusão
- b) Anistia
- c) Detenção
- d) Morte

10) Assinale a alternativa correta quanto à aplicação das penas previstas na legislação que regula o Direito Penal Militar.

- a) As penas de perda do posto e da patente e a incompatibilidade com o oficialato são as únicas privativas de competência originária dos Tribunais, logo, deixaram de ter aplicação como pena acessória
- b) As penas de perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato são de competência originária de todos os órgãos da Justiça Militar
- c) As penas de perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato são privativas de competência originária dos Tribunais, logo, continuam a ter aplicação como pena acessória
- d) As penas de perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato são privativas de competência originária dos Tribunais, logo, deixaram de ter aplicação como pena acessória

11) Assinale a alternativa correta sobre o cálculo das penas previstas na legislação que regula o Direito Penal Militar.

- a) O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as causas majorantes e minorantes, que devem ser verificadas se existentes e, por fim, as circunstâncias agravantes e atenuantes
- b) O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as circunstâncias agravantes e atenuantes, que devem ser verificadas se existentes, cabendo dizer que não existem causas majorantes e minorantes na lei Penal Militar
- c) O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as circunstâncias agravantes e atenuantes, que devem ser verificadas se existentes e, por fim, as causas majorantes e minorantes
- d) O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as causas majorantes e minorantes, que devem ser verificadas se existentes, cabendo dizer que não existem circunstâncias agravantes e atenuantes na lei Penal Militar

12) Assinale a alternativa incorreta sobre as medidas de segurança no Direito Penal Militar.

- a) Constitui pressuposto para a aplicação da medida de segurança, que o fato praticado pelo agente seja descrito como crime militar
- b) Procura evitar que aquele que delinuiu e seja perigoso pratique novas infrações penais, equiparando-se, portanto, a pena que possui natureza essencialmente retributiva-preventiva
- c) Constitui pressuposto para a aplicação da medida de segurança, que o agente seja considerado perigoso
- d) As medidas de segurança constituem sanção penal, cuja natureza é eminentemente preventiva

DIREITO PENAL

13) Assinale a alternativa correta sobre o tema da lei penal no tempo e, mais especificamente, o que se entende por *lex tertia*.

- a) Trata-se da aplicabilidade da lei posterior que de qualquer modo favorece o agente e aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado
- b) Trata-se da combinação de leis que se mostra necessária por força da equidade, para regular algumas situações transitórias, que se verificam em face da sucessão de leis penais
- c) Trata-se da aplicabilidade da lei posterior que de qualquer modo favorece o agente e aplica-se aos fatos anteriores, desde que não tenha ocorrido o trânsito em julgado
- d) Trata-se da revogação de uma incriminação penal por uma lei posterior que não mais considere o fato como criminoso

14) Assinale a alternativa correta sobre a teoria da ubiquidade utilizada no Direito Penal e que trata do lugar do crime.

- a) O lugar do crime é aquele no qual se realizou a ação ou a omissão, tanto quanto o lugar onde se realizou ou deveria ter sido realizado o resultado
- b) O lugar do crime é aquele onde o resultado se verificou, pouco importando o lugar no qual a ação ou omissão se deu
- c) O lugar do crime é aquele onde o agente é capturado em razão da prática do fato tipificado como infração penal
- d) Considera-se praticado o delito no local no qual se produziu ou deveria ter sido produzida a ação, ainda que tenha sido outro o lugar do resultado

15) Assinale a alternativa correta sobre a teoria adotada no Código Penal brasileiro sobre o concurso de pessoas.

- a) Trata-se da teoria dualista, segundo a qual, no concurso, havendo diversidade de condutas, cada agente responde por um delito
- b) Trata-se da teoria pluralista, segundo a qual, havendo pluralidade de condutas, devem-se distinguir coautores de partícipes, punindo cada qual com um crime
- c) Trata-se da teoria monista, segundo a qual, no concurso, existe um só crime, em que todos os participantes respondem por ele
- d) Trata-se da teoria igualitária, segundo a qual, havendo pluralidade de condutas, devem-se distinguir coautores de partícipes, punindo cada qual com um crime

16) Assinale a alternativa correta sobre a consequência da morte do agente da conduta antissocial que a lei considera crime.

- a) Extinção da punibilidade
- b) Detração da pena
- c) Sursis
- d) Atipicidade

17) Assinale a alternativa correta sobre como a legislação brasileira sobre o Direito Penal define o erro sobre os elementos do tipo.

- a) O erro incidente sobre a pretensão conceitual de relevância (tipicidade formal) exclui a culpa e o dolo, mas permite a punição do agente
- b) O erro incidente sobre a pretensão conceitual de relevância (tipicidade formal) exclui apenas a culpa
- c) O erro incidente sobre a pretensão conceitual de relevância (tipicidade formal) exclui o dolo, e impede a punição por crime culposos
- d) O erro incidente sobre a pretensão conceitual de relevância (tipicidade formal) exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos

18) Assinale a alternativa correta sobre o latrocínio.

- a) Trata-se de contravenção penal
- b) Trata-se de crime contra o patrimônio
- c) Trata-se de crime contra a incolumidade pública
- d) Trata-se de crime contra a pessoa

#### **DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR**

19) Assinale a alternativa correta sobre a Polícia Judiciária Militar.

- a) Trata-se de polícia preventiva
- b) Trata-se de uma polícia desenvolvida por órgão do Poder Judiciário
- c) Os procedimentos por ela produzidos são procedimentos judiciais
- d) Atua após a eclosão do ilícito penal

20) Assinale a alternativa **incorreta** sobre a Qualificação e Interrogatório de acordo com as normas do Processo Penal Militar.

- a) O interrogatório consiste na exploração por aquele que conduz o processo (ou procedimento) do fato criminoso, pela promoção de perguntas que busquem esclarecer o que de verdade ocorreu, direcionadas ao suposto autor da infração penal militar
- b) Qualificação e interrogatório sempre devem ser realizados antes do recebimento da denúncia
- c) Qualificação e interrogatório são indissociáveis
- d) Qualificação consiste na identificação precisa, no termo respectivo, do suposto autor da infração, sendo consignado o maior número de dados possíveis, como nome, filiação, naturalidade e nacionalidade, números de documentos, estado civil, endereço e profissão

21) Assinale a alternativa correta sobre a acareação de acordo com as normas do Direito Processual Penal Militar.

- a) A acareação só será admitida sempre que houver divergência em declarações sobre fatos ou circunstâncias relevantes entre acusados
- b) A acareação só será admitida sempre que houver divergência em declarações sobre fatos ou circunstâncias relevantes entre testemunhas
- c) A acareação pode ser levada a efeito tanto na fase do processo como em sede de polícia judiciária militar
- d) A acareação só será admitida sempre que houver divergência em declarações sobre fatos ou circunstâncias relevantes entre acusado e testemunha

22) Assinale a alternativa correta sobre o reconhecimento de pessoa ou coisa de acordo com as normas do Direito Processual Penal Militar.

- a) Apenas na fase de polícia judiciária militar, caso haja razão para recear que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará para que esta não seja vista por aquela
- b) A pessoa cujo reconhecimento se pretender, será colocada, necessariamente, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se a apontá-la quem houver de fazer o reconhecimento
- c) Caso várias sejam as pessoas chamadas a efetuar o reconhecimento de pessoa ou coisa, cada uma o fará em separado, admitindo-se contudo, a comunicação entre elas
- d) A pessoa que tiver de fazer o reconhecimento não poderá ser convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida

23) Assinale a alternativa correta sobre as testemunhas de acordo com as normas do Direito Processual Penal Militar.

- a) Admitem-se apenas testemunhas diretas
- b) Admitem-se testemunhas diretas e as indiretas, neste último caso, desde que sejam as únicas
- c) Admitem-se testemunhas diretas e indiretas, neste último caso, assim consideradas aquelas que “ouviram dizer”
- d) Admitem-se testemunhas diretas e indiretas, desde que tenham presenciado os fatos relevantes ao deslinde do caso

24) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta sobre as espécies de flagrância de acordo com as normas do Direito Processual Penal Militar.

- I. O flagrante próprio é aquele que coincide com o momento em que o agente está cometendo o delito.
  - II. O flagrante impróprio ocorre quando o autor é perseguido logo após ter praticado a infração penal militar, em circunstâncias que indiquem sua autoria.
  - III. O flagrante presumido consiste naquele em que o agente é surpreendido logo depois do fato delituoso na posse de instrumentos ou objetos que façam presumir ser ele o autor.
  - IV. No flagrante facultativo não há imposição legal para a autuação, porquanto a decisão caberá a um cidadão não militar.
- a) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas
  - b) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas
  - c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas
  - d) A afirmativa I está incorreta

#### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

25) No que concerne ao Inquérito Policial, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O inquérito policial é um instrumento obrigatório da persecução penal, informado pelo princípio da oficialidade, cujo objetivo é o de colher elementos e informações necessárias à propositura da ação penal pública ou privada
- b) Dá-se o nome de *notitia criminis* ao conhecimento espontâneo ou provocado, por parte da autoridade policial, de um fato aparentemente criminoso, sendo que é com base nesse conhecimento que a autoridade dará início às investigações
- c) O inquérito policial é mera peça informativa destinada à formação da “*opinio delicti*” do Ministério Público; trata-se de simples investigação criminal, de natureza inquisitiva, sem natureza de processo judicial, sendo certo que, ainda que venha a ocorrer irregularidade em seu corpo, tais falhas não possuem o condão de contaminar a ação penal
- d) O inquérito policial não é fase obrigatória da persecução penal, podendo ser dispensado caso o Ministério Público ou o ofendido já disponha de suficientes elementos para a propositura da ação penal

**26) Relativamente à ação penal condicionada à requisição do Ministro da Justiça, assinale a alternativa incorreta:**

- a) O Ministério Público não está vinculado à requisição, de forma que, uma vez oferecida a requisição, pode o órgão ministerial deixar de denunciar
- b) A ação penal condicionada à requisição do Ministro da Justiça deve ser oferecida dentro de 06 (seis) meses, sob pena de decadência
- c) A ação penal condicionada à requisição do Ministro da Justiça não admite retratação
- d) Sua propositura não comporta prazo, podendo ser oferecida enquanto não extinta a punibilidade

**27) No âmbito do Processo Penal, podemos afirmar que o “flagrante impróprio” se apresenta da seguinte forma:**

- a) Será considerado flagrante impróprio, a situação do indivíduo que está cometendo o fato criminoso
- b) No flagrante impróprio, o agente policial retarda o momento da prisão em flagrante de forma a fazê-la em momento futuro, isso com o intuito de colher dados e elementos mais robustos relativos à infração penal sob investigação
- c) Será considerado flagrante impróprio, a situação do indivíduo que acaba de cometer o fato criminoso
- d) No flagrante impróprio, embora o agente não tenha sido encontrado pelas autoridades no local do fato, é necessário que haja uma perseguição, uma busca pelo indivíduo, ao final da qual, ele acaba preso

**28) No que concerne à competência originária do Supremo Tribunal Federal em matéria criminal, assinale a alternativa incorreta:**

- a) O STF possui competência para julgar a revisão criminal de seus próprios julgados
- b) Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o STF possui competência para julgar os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sem qualquer ressalva
- c) Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o STF possui competência para julgar os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente
- d) Nas infrações penais comuns, o STF possui competência para julgar o Presidente da República, o Vice-presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República

**29) No que concerne à Prisão Temporária, assinale a alternativa incorreta:**

- a) A prisão temporária deve ser decretada pelo Juiz, em face de pedido do Ministério Público, e tem o prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade
- b) A prisão temporária é cabível na hipótese do agente não possuir residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade
- c) A prisão temporária é cabível na hipótese de ser considerada imprescindível para as investigações do inquérito policial
- d) Segundo a lei que disciplina a prisão temporária, os presos temporários devem permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos

**30) No âmbito do Processo Penal, podemos afirmar que a “prova irritual” é aquela:**

- a) Que traz a possibilidade de um juízo de certeza quanto ao fato que busca provar, possibilitando ao Juiz fundamentar sua decisão de mérito mediante uma avaliação crítica
- b) É aquela realizada perante juízo distinto daquele perante o qual tramita o processo
- c) Em que há procedimento previsto na lei, só que este procedimento não é respeitado quando da colheita da prova
- d) É a prova típica, só que utilizada para fim diverso daquele para o qual foi originalmente prevista

**31) Assinale a alternativa que apresenta uma característica própria dos bens públicos:**

- a) alienabilidade, como regra
- b) prescritibilidade
- c) penhorabilidade
- d) não-oneração

**32) A Constituição Federal da República determina a realização de concurso público de provas ou de provas e títulos para o fim de prover os:**

- a) cargos e as funções públicas
- b) empregos e as funções públicas
- c) cargos e os empregos públicos
- d) cargos comissionados e as funções de confiança

**33) No que se refere ao exercício do poder hierárquico e a consequencial delegação dos atos administrativos, assinale a alternativa incorreta:**

- a) O ato de delegação deve especificar as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada
- b) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos
- c) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial
- d) É vedada a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior

**34) No que diz respeito às agências executivas, assinale a alternativa incorreta:**

- a) As autarquias, as empresas públicas e as organizações sociais podem ser qualificadas como Agências Executivas
- b) O Poder Executivo deve estabelecer medidas de organização administrativa específicas para as Agências Executivas, com o objetivo de assegurar a sua autonomia de gestão, bem como as condições orçamentárias e financeiras para o cumprimento dos contratos de gestão
- c) A qualificação de agências executivas se dá por meio de requerimento dos órgãos e das entidades que prestam atividades exclusivas do Estado e se candidatam à qualificação
- d) A qualificação como Agência Executiva deve ser dada por meio de decreto do Presidente da República

**35) Assinale a alternativa que se encontra em consonância com o conceito de “consórcio público”:**

- a) pessoa jurídica de direito privado constituída por capital exclusivamente público, que pode ser constituída em qualquer uma das modalidades empresariais
- b) pessoa jurídica criada por lei com a finalidade de executar a gestão associada de serviços públicos
- c) pessoa jurídica de direito privado, constituída por capital público e privado, organizada sob a forma de sociedade anônima
- d) fundo autônomo, que tem por finalidade uma ação e ou uma operação, definida em seus estatutos

**36) Assinale a alternativa correta sobre as disposições da lei federal nº 11.343, de 23/08/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.**

- a) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido, entre outras penas, à advertência sobre os efeitos das drogas
- b) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido, exclusivamente, à medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo
- c) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido, exclusivamente, à pena de detenção
- d) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido, exclusivamente, à prestação de serviços à comunidade

**37) Assinale a alternativa correta sobre o Juizado Especial Cível de acordo com as disposições da lei federal nº 9.099, de 26/09/1995 que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.**

- a) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo sendo dispensável a assistência de advogado nas causas cujo valor não exceda a vinte vezes o salário mínimo
- b) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo sendo dispensável, da mesma forma, a assistência de advogado
- c) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo sendo dispensável a assistência de advogado nas causas cujo valor não exceda a vinte vezes o salário mínimo
- d) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo sendo dispensável a assistência de advogado nas causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo

**38) Assinale a alternativa correta sobre o Juizado Especial Criminal de acordo com as disposições da lei federal nº 9.099, de 26/09/1995 que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.**

- a) O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa, respeitadas as regras de conexão e continência
- b) O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1 (um) anos, cumulada ou não com multa, respeitadas as regras de conexão e continência
- c) O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1 (um) anos, cumulada ou não com multa, excluídas as regras de conexão e continência
- d) O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa, excluídas as regras de conexão e continência

**39) Assinale a alternativa correta sobre a fase preliminar nos casos de competência dos Juizados Criminais e nos termos da lei federal nº 9.099, de 26/09/1995 que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.**

- a) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará após 72 (setenta e duas) horas ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários
- b) Em caso de violência doméstica, o juiz não poderá determinar, como medida de cautela, o afastamento do autor do fato do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima
- c) Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, será designada data futura não anterior a trinta dias, da qual ambos sairão cientes
- d) Ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança

**40) Assinale a alternativa correta sobre o procedimento sumaríssimo nos casos de competência dos Juizados Criminais e nos termos da lei federal nº 9.099, de 26/09/1995 que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.**

- a) Se a complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer ao Juiz o encaminhamento das peças existentes, na forma da lei
- b) Para o oferecimento da denúncia, que será elaborada com base no termo de ocorrência, com dispensa do inquérito policial, exigir-se-á do exame do corpo de delito
- c) Na ação penal de iniciativa do ofendido poderá ser oferecida queixa, desde que por escrito
- d) Na ação penal de iniciativa pública, quando não houver aplicação de pena, pela ausência do autor do fato o Ministério Público oferecerá ao Juiz, de imediato, denúncia necessariamente escrita, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis

Transcreva a resposta da questão discursiva de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

## Texto I

### Enquanto eu escrevia este texto, uma mulher foi assassinada

Por Nana Soares

Cinco. O Brasil é o 5º maior país do mundo, o 5º mais populoso, é cinco vezes Campeão do Mundo. É também o 5º país que mais mata mulheres apenas por elas serem mulheres. São quase 5 (4.8 para ser mais exata) homicídios a cada 100 mil mulheres segundo o Mapa da Violência de 2015, cerca de 13 assassinatos por dia. Outra pesquisa, do IPEA, dá um número parecido: um feminicídio a cada 90 minutos no país, o que significa que, enquanto eu escrevia este texto, alguém foi assassinada, provavelmente por alguém da família, e outro alguém está com os minutos contados.

[...]

O feminicídio não se dá assim. Um crime é de gênero quando o gatilho diz respeito a alguma expectativa que recai sobre as mulheres. É quando uma mulher termina um relacionamento e o homem não é capaz de aceitar, é quando ele é traído, perde a guarda dos filhos, quando uma mulher usa uma determinada roupa, maquiagem. Quando a mulher sai de casa, estuda, dança. Os “motivos” parecem variar, mas na verdade são sempre o mesmo: um homem incapaz de aceitar que uma mulher não lhe pertence e que é um ser humano com vontades próprias. O motivo do crime nunca é a mulher terminar o relacionamento, é o homem ser incapaz de enxergá-la como uma pessoa.

[...]

(Disponível em: <http://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/enquanto-eu-escrevia-este-texto-uma-mulher-foi-assassinada/>. Acesso em 03/06/18)

## Texto II



Considerando os textos de apoio acima e seu conhecimento de mundo, elabore um texto dissertativo-argumentativo no qual seja apresentado seu posicionamento acerca do seguinte tema: “O papel da polícia e da sociedade em geral no combate ao Feminicídio”.

Seu texto deverá conter entre 20 e 30 linhas e fazer uso do padrão culto da língua.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	